

CAMPONESES: UMA ENIGMÁTICA CATEGORIA QUE RESISTE

Tarcísio VANDERLINDE

Professor do CCHEL – Centro de Ciências Humanas
Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do
Paraná. Participa do grupo de pesquisa cadastrado junto ao
CNPq “Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional”.
Desenvolve a linha de pesquisa “Identidades e Migrações”.
E-mail: ebenezer@certo.com.br

RESUMO: A problematização da categoria “camponês” implica em considerar uma história de longa duração influenciada por concepções e correntes teóricas. Independentemente de formulações teóricas, o camponês, objeto deste artigo é aquele que se sujeita ou resiste a ações que, muito mais do que auxiliá-lo, visavam tão-somente explorá-lo. O camponês da modernidade guarda características do camponês medieval, peculiaridades também possíveis de serem percebidas no camponês do século XXI.

PALAVRAS-CHAVE: Camponês; Resistência; Teoria.

ABSTRACT: The discussion of the ‘peasant’ category implies in considering a long duration history influenced by theoretical concepts and currents. Independently of theoretical formulations, the peasant, object of this article is someone who either subjects them self or resists to actions that far from offering them help had the sole means of exploring them. The peasant of modernity keeps characteristics of the medieval peasant, whose peculiarities can also be perceived in the 21st century’s peasant.

KEYWORDS: Peasant; Resistance; Theory.

“Os camponeses não falam, são falados”

(Pierre Bourdieu citado por Gerard Mauger)¹

INTRODUÇÃO

Em um de seus textos sobre campesinato, Margarida Maria Moura (1986) destaca uma frase enigmática: “Decifra-me ou serei devorado”². O enigma da qual fala a autora, aponta para a longa história dos camponeses e sua conceitualização, sujeita a tantas interpretações e reinterpretações. Os movimentos sociais e as outras manifestações de vertente camponesa no tempo presente indicam a pertinência e a continuidade do debate. Algumas reflexões preliminares já foram por nós desenvolvidas quando da elaboração de tese de doutoramento. Neste artigo o tema é retomado considerando-se novas reflexões realizadas sobre a temática³.

Problematizar sobre o camponês pode nos levar a priori a idéia de alguém que tem um sítio, uma colônia, que integra uma família que cultiva uma parcela de terra, sendo que sua presença pode ser detectada em muitas regiões do Brasil. Mas o camponês também é o colono, que pode ser morador ou parceiro cultivador que possui uma roça dentro da grande propriedade. Há também posseiros que se enquadram nesta categoria, que seriam os habitantes das chamadas terras livres, que embora palco de numerosas lutas sociais pela posse da manutenção da posse da terra, não tem impedido que eles produzam para auto-subsistência e, eventualmente, para mercados em diversos pontos do país. Falar de um camponês brasileiro significa envolver-se com fortes ambigüidades semânticas (enigmáticas), decorrentes do choque de interpretação do que tem sido nossa estrutura agrária até o presente. No caso do Brasil, as formas que podem ser denominadas de camponesas decorrem de distintos movimentos históricos que se produzem em nossa estrutura agrária. As diferentes interpretações se associam a estas especificidades. E neste caso, os estudos dos “campesinatos” deveriam levar em conta a variedade de categorias pelas quais os lavradores se auto-identificam. Na avaliação de Moura, se o camponês acabou se tornando um fascinante e problemático tema de estudo contemporâneo, foi exatamente porque os esquemas que o interpretavam apenas como resíduo de uma formação social anterior, como sobrevivência de épocas passadas, revelaram-se um instrumento analítico e conceitual inadequado à apreensão de sua condição social viva em tantas regiões agrárias⁴.

QUEM É O CAMPONÊS?

Esta pode ser uma indagação pertinente ao se iniciar uma discussão sobre o assunto. Ao inquirir “quem é o camponês?”, Fromm e Maccoby consideram ser este o aldeão cuja ocupação principal é agrícola, apesar de também poder trabalhar como oleiro ou como pescador. Informam ainda que na identificação deste personagem, o vocábulo inglês *peasant*, assim como o espanhol *campesino*, significa homem do campo, da terra. Os autores, entretanto, percebem diferenças entre os camponeses e lavradores modernos de muitos membros de tribos indígenas que também labutam no solo. Para estes autores a forma do camponês trabalhar o solo é altamente individualista, atuando num limite próximo à sobrevivência com tecnologias específicas. Esta atuação pode ser sozinha ou com a família envolvendo eventuais trabalhadores assalariados.⁵

Se olharmos para a longa duração histórica, o camponês da Idade Média, na maioria dos casos, é considerado um sujeito que “não tem história”. Não porque os quadros de sua existência se mantivessem imóveis. Embora num ritmo lento, é inegável que este seguia também seu curso e, não sem longos atrasos, mudou também. Se há dificuldade de observar as transformações, isso se deve às fontes que pouco permitem observá-las. De modo geral, elas são provenientes, na quase totalidade, de meios exteriores ao mundo rural, o que deforma e confunde a imagem que dela oferecem. É por isso que o pesquisador do campesinato, às vezes se sente desarmado, tateante e desvia sua atenção para conventos, príncipes, construções, oficinas, entrepostos urbanos. Na visão de Duby, a limitação documental e o mau esclarecimento das mesmas fazem com que o passado do campo europeu aguarde ainda, em muitos casos, investigações mais adequadas⁶. Mas certamente não é só o camponês do passado que aguarda investigações mais apuradas. Como se asseverou na epígrafe, assim como o camponês do passado, o do presente também continua mais falado do que se permitisse a ele a oportunidade de se expressar. A utilização de fontes orais nas investigações científicas constitui um instrumental que se apresenta pertinente e com boas perspectivas. No entanto, entende-se que trabalhar com fontes orais exige cuidado e um planejamento minucioso que leva em consideração o objeto da pesquisa. Por outro lado, é preciso concordar que se trata de um método que possibilita dar mais voz aos camponeses⁷.

A discussão prevista neste artigo aponta para a problemática a partir da modernidade⁸. Porém, ao se envolver com a temática, constata-se uma história de longa duração muito influenciada por concepções e correntes teóricas. O camponês, objeto deste artigo, é aquele que se sujeita ou resiste a ações que, muito mais do que auxiliá-lo, visavam tão-somente explorá-lo. O camponês da modernidade guarda características do camponês medieval, características que também serão possíveis de ainda serem encontradas no camponês do século XXI.

De modo geral, o camponês se revela numa categoria que aponta para o homem simples, pluriativo, que não se dedica somente à terra, o “homem comum” de longa data⁹. Essas pessoas comuns, na visão de Eric Hobsbawm, constituem de fato “pessoas extraordinárias”. São os principais atores da história e o que realizam e pensam faz a diferença¹⁰. Nas sociedades tradicionais, o que corresponde à maior parte da história, os camponeses encarnavam, como de fato eram, o tipo básico da humanidade, uma vez que constituíam a grande maioria de todas as pessoas que viviam em qualquer parte do mundo. Ademais, os camponeses tinham consciência de que eram diferentes das minorias não-camponesas e que quase sempre eram subordinados e oprimidos por elas, das quais não gostavam e nas quais não confiavam¹¹. Um dos aspectos que se procura perseguir nesta discussão é como essa categoria acabou sendo percebida na história e como a historiografia a traduz.

SOBRE O DEBATE TEÓRICO

O debate teórico sobre a categoria camponês é relativamente recente e nele os pressupostos marxistas contribuíram significativamente. Em linhas gerais, o debate se divide entre “campesistas” e “descampesistas”, termos utilizados por Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, em texto intitulado “Terra Prometida”. Os termos, evidentemente, referem-se às perspectivas de se ver o futuro do campesinato. O primeiro apontando para a sua permanência e rearticulação ao longo da história, e o segundo preconizando sua extinção¹². Porém, o camponês parece ser uma categoria que, além de resistir ao longo da história, também confunde e “decepciona” pesquisadores que tentam enquadrá-lo em algum referencial teórico previamente estabelecido.

O campesinato constitui uma temática tão ampla que seu tratamento adequado exige uma abordagem multidisciplinar e o rompimento de barreiras cronológicas. É um tema central na história da humanidade e é um fator fundamental em muitos países no que se refere tanto à vida social quanto à vida política. As discussões teóricas atuais em torno dessa categoria mostram que há transformação no que é rural e no campesinato, sem, no entanto significar a eliminação da categoria¹³. De acordo com Carvalho (2002), a conceituação do camponês obriga os estudiosos a considerar uma série de aspectos inerentes à História, Sociologia, Antropologia, Economia e ao Direito. Na opinião do autor existe quase uma impossibilidade de se chegar a um conceito que melhor se adapte a opção de estudo, o que tem levado os estudiosos a adotar conceitos mais coerentes com as suas especialidades¹⁴.

Ciro Flamarion Cardoso considera a noção de camponês como possivelmente uma das mais escorregadias em termos de definição. Uma definição que muda segundo

a época, o local, os movimentos sociais e reivindicações dos camponeses. Destaca que nunca se deveria esquecer a grande heterogeneidade, no tempo e no espaço, dos “campesinatos” que os pesquisadores escolheram como objetos de análise. O autor alerta que o pesquisador do campesinato deve quase sempre trabalhar sobre ele a partir de uma documentação carregada de preconceitos a respeito de tal setor da sociedade¹⁵. Ressalta que mesmo historiadores que se dizem de esquerda podem manifestar, diante do campesinato, posições preconceituosas como teria feito Le Goff, ao ressentir-se sobre o comportamento camponês durante a guerra, pois, segundo ele, não manifestaram nenhuma solidariedade para com seus compatriotas urbanos e se enriqueceram com o mercado negro. Cardoso estranha um comportamento desses, levando em conta o talento de historiador de Le Goff e afirma que qualquer historiador minimamente conhecedor da História da França deveria saber que os camponeses franceses não têm razão alguma para sentir solidariedade para com seus conterrâneos urbanos. Cardoso enfatiza a noção vaga e carregada de estereótipos que se refere ao campesinato:

‘Campesinato’ é noção vaga, ampla demais, carregada de estereótipos e de lugares-comuns culturais e políticos; concomitantemente, é impossível abandonar tal noção, por ser idéia socialmente difundida desde muito antes do advento das ciências sociais. Nisto se parece a muitas outras categorias com as quais – volens, nolens – devem trabalhar os cientistas sociais. Sua necessidade, pelo menos para sociedades complexas que conheçam a urbanização e nas quais o campesinato (seja ele o que for) não tenha sido eliminado, deriva do caráter central do que, para Marx, foi a primeira e primordial divisão social do trabalho. A percepção unificada de uma boa parte da população trabalhadora rural como camponeses, em oposição aos cidadãos, pode ser indesejável, mas é muito difícil de evitar, tão arraigada está. Trata-se, então, de trabalhar com essa categoria – sempre imperfeita em sua heterogeneidade –, período a período, sociedade a sociedade, o melhor e mais rigorosamente que puder¹⁶.

Em meio a uma ampla e às vezes apaixonada discussão teórica¹⁷, é possível contudo, identificar alguns elementos comuns interligados que definem o camponês. Mario Grynszpan sintetiza esses elementos da seguinte forma:

O primeiro deles é que o camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e consumo. Partindo desse patamar, os autores caminham em sentidos diversos, enfatizando um ou alguns desses elementos, acrescentando outros e extraindo conseqüências distintas¹⁸

Sobre a definição da categoria campesinato, Grynszpan propõe o rompimento do essencialismo das reflexões tradicionais e o seu conseqüente formalismo

a partir da percepção do campesinato como uma identidade, que pode ser construída e redefinida levando-se em conta fatores diversos, que envolvam contextos históricos, sociais, culturais, e que não excluam o trabalho de representação de atores políticos, como é o caso de organizações, partidos e lideranças. Segundo o autor, é essa óptica que permite compreender a visibilidade do movimento camponês no Brasil a partir dos anos 50 do século passado. É só assim, também, que se pode compreender a existência de camponeses que não vivem mais exclusivamente da terra. “O que se trata de perceber é que a realidade social é complexa e que os conceitos devem operar não como camisas-de-força, mas como ferramentas teóricas que permitam dar conta dessa complexidade e das constantes mudanças por que passa a realidade. É dessa forma que o conceito de camponês deve ser pensado”¹⁹.

O campesinato passa por diversas transformações, adaptações ou rearranjos. A emergência do termo “agricultura familiar”, considerada por alguns estudiosos como uma expressão que despolitiza o conceito de “campesinato”, é sintomática neste sentido. A pluriatividade e a exploração da terra em tempo parcial constituem duas dimensões das transformações que ocorrem neste universo. A impressão que dá é que parece ser efetivamente um precário espaço em construção. Essa “precariedade” interfere nas discussões teóricas da categoria. José Graziano da Silva parece sintetizar o momento:

Quase todos nós pesquisadores e militantes políticos que, por uma razão ou outra, achamos importante ter uma ‘posição’ sobre o futuro desses indivíduos – ora chamados de camponeses, ora de agricultores familiares, ora simplesmente de pequenos produtores – e que estamos de acordo que esses ‘tipos’ não são nem proletários, nem capitalistas típicos, ficamos sem ter o que dizer além de repetir as velhas propostas de sempre para evitar constrangimentos e omissões deixando de fazer as citações devidas.

Infelizmente, quase não há acordo sobre o que realmente são esses tipos: camponeses, empresas familiares, pequenos produtores são, quando muito, conceitos genéricos definidos ‘ad-hoc’, para não dizer caso-a-caso. Aí se misturam dois problemas distintos: um conceitual, de natureza teórica; e outro, de falta de uma base empírica, que permitisse caracterizar melhor quem são esses ‘tipos’ que parecem ter em comum o envolvimento direto do produtor e de sua família no processo de trabalho²⁰.

Margarida Maria Moura lembra que o debate e a pesquisa sobre o camponês são permeados de peculiaridades. Entre as razões que podem ser levantadas para explicá-las pode ser apontado o fato de o camponês, numa perspectiva marxista, controlar a terra no capitalismo sem ser possuidor do capital; é também uma espécie de referência, “pomo da discórdia”, sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou

derrubaram historicamente a ordem burguesa; apresenta-se ainda o fato de o camponês trabalhar numa perspectiva familiar sem remunerar os membros da família na ótica capitalista; além disso, é ainda possível encontrar o camponês lutando por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder concretizar-se como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que recusando, a sociedade abrangente que o contém e circunda. O campesinato sempre constituiu um segmento oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar, a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda. O camponês enfim, pode ser descrito de diferentes maneiras.

Uma visão bastante difundida nos livros de ciências sociais é a que identifica a condição camponesa com o controle direto sobre a terra onde habita e produz. Esse controle, que é feito com o auxílio da família e que o caracteriza como um pequeno proprietário rural, é entendido por estudiosos como camponês parcelar. Moura observa que as categorias utilizadas pelos próprios camponeses para se auto-definirem não raramente indicam uma aceitação da visão depreciativa acerca de seu modo de vida. Sendo assim, consciente de sua condição subalterna, o camponês se vê como o pobre e o fraco, reservando o antônimo destas categorias para os proprietários das grandes extensões de terra, os profissionais que representam as agências do Estado e, de modo mais ou menos genérico, os habitantes do meio urbano²¹. Inspirada em Marilena Chauí, Rosemeire Aparecida de Almeida percebe no camponês uma natureza ambígua que o caracteriza ao mesmo tempo como um conservador e radical. Nas dimensões simultâneas em que caminham lado a lado a ignorância e o saber, o atraso e o desejo de emancipação é possível identificar a “resistência ao se conformar”²².

A PERMANÊNCIA DO CAMPESINATO

Sobre a permanência ou o ocaso do campesinato, parece ser esta uma discussão que resulta de reflexões e defesas de pontos de vista de caráter ideológico. Apropriando-se das reflexões realizadas por Teodor Shanin (1980), Margarida Maria Moura observa que se ainda existem camponeses hoje, é provável que eles não irão deixar de existir tão cedo. É notório que os processos sociais que viabilizam a existência camponesa têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que levam à extinção. Talvez fosse mais adequado falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato, do que fazer uma afirmação finalista. As transformações históricas indicam que o camponês adaptou e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se, mas permaneceu identificável como tal. Segundo Moura, a permanência do campesinato na engrenagem de reprodução do capital passa a ser um fascinante tema a ser analisado e compreendido²³.

Ao analisar sinteticamente o conceito de campesinato, Mario Grynszpan avalia a crença que considera razoavelmente generalizada sobre o fim “inexorável” do campesinato, algo que não chegou a acontecer. Camponeses continuam existindo em muitas sociedades no tempo presente. Segundo o autor, a chave para compreender essa permanência estaria no caráter familiar da unidade camponesa, na sua natureza simultânea de produção e consumo, o que lhe conferiria um considerável grau de autonomia, o que permitiria resistir a pressões do mercado ou dificuldades inerentes de acesso à terra²⁴.

O camponês da modernidade guarda características do camponês medieval, características que também serão possíveis de ainda serem encontradas no camponês do tempo presente. A autonomia camponesa parece ser uma das marcas dessa longa trajetória histórica. Mas destaca-se também a adaptabilidade, a pluriatividade camponesa e uma disposição para auxílio mútuo entre os vizinhos. Na caracterização do camponês procurou-se demonstrar a complexidade que envolve a categoria em termos de definição ou enquadramento em uma concepção teórica previamente estabelecida. A adaptabilidade parece ser uma das características do camponês na sua longa história. O camponês europeu que se estabeleceu no sul do Brasil a partir da primeira metade do século XIX é aquele que traz sua herança, mas é também aquele que se adapta às novas condições socioeconômicas que encontra pela frente. Na simbiose entre europeus e caboclos, formula-se um campesinato diferente do que se conhecia na Europa, mas diferente também do que existia no Brasil. Percebe-se, entre estes camponeses, uma forma peculiar de organização comunitária e ocupação territorial do espaço, ao mesmo tempo em que assimilam técnicas de cultivos da terra adotadas pelos caboclos. No amálgama que se construía, à medida que se adotavam os hábitos da nova terra, disseminavam costumes que denunciavam suas origens.

Este modo de vida, que se reformulava no amálgama de encontros, articulou-se tendo como base territorial uma pequena propriedade que se revelará de um significado mais amplo do que um mero espaço físico. É principalmente um espaço familiar a partir do qual se articula um sentimento comunitário e se desenvolvem práticas solidárias de convivência. Este espaço familiar mantido mais ou menos estável por mais de um século sofrerá abalos diante dos processos de modernização no campo que passam a ocorrer no Sul do Brasil a partir da segunda metade do século XX. A situação provocará metamorfoses no mundo camponês, mas o camponês parece se adaptar e resistir. A “pluriatividade”, uma qualidade de longa data do camponês, e que o caracteriza por desenvolver atividades que vão além daquelas voltadas exclusivamente ao trabalho na terra, parece continuar sendo um dos elementos presentes na vida do pequeno agricultor no tempo presente e ajuda a mantê-lo na sua propriedade. Mas o seu “território” é também recriado a

partir de práticas sociais fundamentadas na sociabilidade que marcaram o camponês de outras épocas. Uma delas, por exemplo, é a prática do auxílio mútuo que se desencadeia com a vizinhança. O auxílio pode ser em caso de doença quando então os parentes próximos ou vizinhos auxiliam nas tarefas da roça. A construção da moradia para alguém que vai se casar, de uma escola comunitária, de uma capela, consertos de estradas, o abate de animais domésticos costumam envolver parentes, amigos e vizinhos em mutirão²⁵. Estas características podem ser consideradas como uma das marcas fortes do camponato que emergiu no Sul do Brasil. Inúmeras foram as atividades associativistas que se desenvolveram desde o início do século passado e continuam sendo marca dos colonos, descendentes dos imigrantes alemães, ainda no tempo presente.

É preciso, porém admitir que na atualidade, o modo de vida “tradicional” do camponês deixou de existir em sua plenitude, mas algumas características de sua sociabilidade passam por uma revitalização, metamorfoseando-se em um novo ambiente social e econômico em que atividades não mais exclusivamente relacionadas à terra podem também estar presentes. A “modernidade” interfere nas condições do lugar que guarda a memória da família. No entanto, a família camponesa parece encontrar meios para continuar mantendo sua identidade. É interessante verificar que, mesmo em assentamentos agrários do tempo presente, famílias de procedência diversa são capazes de recriar um *ethos* camponês que, em muitos casos, desafia interesses políticos de agências mediadoras²⁶. Neste caso, vale salientar que, mesmo diante de condições adversas, a “cultura camponesa” parece não desaparecer²⁷. O que dizer, por exemplo, do sucesso das músicas de viola que permanece no interior, mas que também são apreciadas nos grandes centros urbanos do país? Programações radiofônicas em língua alemã não são raridades em muitas cidades do sul do Brasil. Estas programações indicam a manutenção ou mesmo recriação de laços com os antigos imigrantes ou seus descendentes. Festas consideradas “típicas” e grupos folclóricos mantêm-se, mesmo que a finalidade de sua reinvenção às vezes se relacione mais a propósitos turísticos.

ALGUMAS PALAVRAS CONCLUSIVAS

Esta não é uma discussão hermética, e o artigo não teve a pretensão de decifrar o enigma sobre o qual Margarida Maria Moura já havia observado em seus estudos. Na tentativa de decifrar o enigma deverão ser produzidos novos trabalhos sobre a temática. O debate sobre o camponato deverá prosseguir diante dos desdobramentos dos movimentos sociais se considerada as resistências que vão se

formatando diante da economia globalizada que o mundo vive. A intenção foi contribuir com uma discussão que procura perceber um campesinato que se identifica como uma categoria que resiste no tempo apesar do avanço técnico e ideológico do capitalismo. Procurou-se igualmente mostrar que a discussão aponta para a diversidade de “campesinatos” no tempo e no espaço, uma especificidade que requer do investigador sensibilidade ao realizar a pesquisa. E não menos importante, é ainda entender que a discussão pode avançar qualitativamente se os trabalhos científicos puderem conceder mais voz ao principal protagonista das pesquisas, ou seja: o próprio camponês.

NOTAS

- 1 MAUGER, Gerard. O outono dos motins. **Folha de São Paulo**, A30. 20 de novembro de 2005.
- 2 MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.
- 3 VANDERLINDE, Tarcísio. **Entre dois reinos**: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2006. A investigação que resultou neste artigo constitui-se no fragmento de uma pesquisa mais ampla que leva como título “Comunicação e complexidade: os sentidos da mobilidade da rádio estabelecida nas mediações discursivas no extremo oeste do Paraná”. Na atividade investigatória estão previstos estudos teóricos sobre a formulação dos conceitos de camponês e campesinato numa perspectiva de longa duração. A pesquisa é coordenada pela professora Marli Terezinha Szumilo Schlosser do Colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.
- 4 MOURA, op. cit., p. 63-71.
- 5 FROM, Erich; MACCOBY. Michael. **Caráter social de uma aldeia**: um estudo sociopsicoanalítico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, p. 13.
- 6 DUBY, Georges. **Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1962. p. 9-19.
- 7 Investigações recentes, através da oralidade têm procurado dar uma maior atenção ao que fala o camponês (Cf. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006).
- 8 Estudos sobre campesinato na Antigüidade e Idade Média podem ser consultados em livro organizado por André Leonardo Chevitarese. (Cf. CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002).
- 9 Os envolvidos nas rebeliões não eram só camponeses no sentido literal, mas antes, para utilizar o termo corrente nas fontes do século XVI, o “homem comum”. O homem comum era em todas as ocasiões a pessoa sujeita aos senhores da nobreza e do clero. As pessoas destituídas de poder político – o camponês, o mineiro, a gente da cidade sem voz nem voto •é que eram o “homem comum” (LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001, p. 191-193). De acordo com Karl Kautsky, a família camponesa medieval constituía uma cooperativa completamente ou quase totalmente autosuficiente que não só produzia seus próprios produtos de consumo pessoal; construía também a própria casa; fabricava os próprios móveis e utensílios domésticos, inclusive a maioria das ferramentas toscas de que necessitava; curtia o couro,

- preparava o linho e a lã, fazia as próprias roupas. O camponês ia ao mercado, mas lá vendia tão somente os excedentes de sua produção, comprando o indispensável, com exceção do ferro do qual só utilizava o mínimo necessário. Deixando de visitar o mercado, ele talvez comprometesse sua comodidade, jamais a própria existência (KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova cultural, 1986, p. 17).
- ¹⁰ HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 7-8.
- ¹¹ Idem, p. 218.
- ¹² LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. As grandes teorias explicativas da questão agrária. In: _____. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 19-38. Não deixa de ser oportuno o registro irônico sobre a discussão do campesinato, destacado por Eduardo P. Archetti na apresentação do clássico “La organización de la unidad económica campesina” de Alexander V. Chayanov: “Cuando uno vuelve a la polémica entre populistas y marxistas, o cuando uno lee a Chayanov, tiene la impresión de que mucha de la literatura posterior sobre campesinos, y especialmente la antropológica, es pura repetición de algo dicho antes com más pasión (ARCHETTI, Eduardo. Presentación. In: CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, p. 9).
- ¹³ CARVALHO, José Murilo de. Abertura dos trabalhos. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002. p. 13-15.
- ¹⁴ CARVALHO, João Carlos M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 41. Eric R. Wolf desenvolve uma discussão sobre o campesinato numa óptica antropológica (Cf. WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1970).
- ¹⁵ São dignas de nota as observações do principal dirigente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, João Pedro Stédile, durante o III Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre de 23 a 28 de janeiro de 2003. Referindo-se às invasões e ao processo de reforma agrária, o dirigente afirmou: “Precisamos pensar numa reforma agrária de outro tipo – uma reforma agrária que comece sim pela democratização da terra, mas onde os camponeses terão que superar uma ideologia pequeno burguesa e corporativista, que nos colocava que bastava ser proprietário de dez hectares de terra para se libertar. Um camponês com dez hectares de terra continua escravo. Primeiro escravo da sua ideologia. Segundo, escravo da sua ilusão” (www.oparana.com.br. Acesso em: 26 jan. 2003). Em recente estudo de caso, o geógrafo João Edmilson Fabrini demonstrou que o modelo de organização preconizado para os camponeses pela liderança do MST às vezes se choca com outras formas de organização camponesa que, na sua formação, levam em conta elementos culturais não previstos nas leis de mercado. No estudo de caso realizado por Fabrini, é demonstrado que a autonomia do camponês é o principal elemento que inviabiliza sistemas empresariais de cooperativas. A cooperação entre os camponeses vai além da dimensão econômica (Cf. FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra no centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp, Presidente Prudente, 2002).
- ¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas**. In: CHEVITARESE, op. cit., p. 19-35.
- ¹⁷ Uma dessas discussões refere-se à categoria social denominada “agricultura familiar”. Maria de Nazareth Baudel Wanderley discute a “nova categoria” no contexto das raízes históricas do campesinato brasileiro e indaga até que ponto ela é diferente do

- campesinato, do agricultor de subsistência, do pequeno produtor, categorias que, até então, circulavam com mais freqüência nos estudos especializados. Entre as hipóteses levantadas para responder à indagação, a autora salienta que as transformações do chamado agricultor familiar moderno não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas “anteriores”, gestando, antes um agricultor portador de uma tradição camponesa, que lhe permite, precisamente adaptar-se às novas exigências da sociedade. (Cf. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. **Anais ...** Caxambu, 1996. p. 2.
- ¹⁸ GRZYNSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia M. M. (dir.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ¹⁹ GRZYNSZPAN, Iden.
- ²⁰ SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999, p. 210-211.
- ²¹ ALMEIDA, op. cit., p. 8-16.
- ²² ALMEIDA, Iden, p. 25
- ²³ MOURA, op. cit., p. 17-19.
- ²⁴ GRZYNSZPAN, op. cit.
- ²⁵ Iden, p. 28.
- ²⁶ Neste sentido, para uma melhor elucidação da questão, recomenda-se a leitura do texto “Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga (estudo de caso no Nordeste) de autoria de Maria da Nazareth Baudel Wanderley. O texto consta em obra organizada por José de Souza Martins (MARTINS, José de Souza(org). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003).
- ²⁷ Observe-se, neste caso, pesquisas recentes sobre camponeses realizadas por Sérgio Sauer (2002), Davi Félix Schreiner(2002) e João Edmilson Fabrini(2002). Em pesquisa sobre assentamentos no Estado de Goiás, Sérgio Sauer discute por exemplo, a recriação da “utopia camponesa”.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ARCHETTI, Eduardo. Presentación. In: CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. Abertura dos trabalhos. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na história**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002. CARVALHO, João Carlos M. de. **Camponeses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

- CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2002.
- DUBY, Georges. **Economia rural e a vida no campo no Ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1962.
- FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra no centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Unesp, Presidente Prudente, 2002.
- FROM, Erich; MACCOBY, Michael. **Caráter social de uma aldeia: um estudo sociopsicoanalítico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- GRYNSZPAN, Mario. Campesinato. In: MOTTA, Márcia M. M. (dir.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. **Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova cultural, 1986.
- LINDBERG, Carter. **As reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001, p. 191-193.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. As grandes teorias explicativas da questão agrária. In: _____. **Terra prometida**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MARTINS, José de Souza(org). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- MAUGER, Gerard. O outono dos motins. **Folha de São Paulo**, A30. 20 de novembro de 2005.
- MOURA, Margaria Maria. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.
- O PARANÁ. www.oparana.com.br. Acesso em: 26 jan. 2003.
- SAUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. 2002. Tese (Doutorado em sociologia) – UNB, Brasília, 2002.
- SCHREINER, Davi Félix. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos rurais – região sudoeste/oeste do Paraná**. 2002. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2002.
- SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos Cebrap**. Trabalho e dominação. São Paulo, Cebrap; Petrópolis, Vozes, 1980.
- SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

VANDERLINDE, Tarcísio. **Entre dois reinos**: a inserção luterana entre os pequenos agricultores no sul do Brasil. Cascavel: Edunioeste, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. **Anais ...** Caxambu, 1996.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro Zahar Editores, 1970.